

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - PROPLAD
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - CCF



RELATÓRIO CONTÁBIL DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2021

FORTALEZA(CE), FEVEREIRO DE 2022



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

SUMÁRIO

1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	6
2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
2.1	BALANÇO PATRIMONIAL	8
2.2	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	10
2.3	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	12
2.4	BALANÇO FINANCEIRO	14
2.5	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	15
3	NOTAS EXPLICATIVAS	16
3.1	BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	16
3.2	RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	16
3.3	NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL	21
3.3.1	<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>21</i>
3.3.2	<i>Créditos a curto Prazo</i>	<i>21</i>
3.3.3	<i>Estoques</i>	<i>22</i>
3.3.4	<i>VPDs Pagas Antecipadamente</i>	<i>22</i>
3.3.5	<i>Ajuste para perdas - Valores a Receber.....</i>	<i>22</i>
3.3.6	<i>Ajustes para Perdas - Estoques</i>	<i>24</i>
3.3.7	<i>Imobilizado.....</i>	<i>24</i>
3.3.7.1	<i>Bens Móveis</i>	<i>25</i>
3.3.7.2	<i>Bens Imóveis.....</i>	<i>26</i>
3.3.7.3	<i>Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado</i>	<i>28</i>
3.3.8	<i>Intangível.....</i>	<i>29</i>
3.3.8.1	<i>Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment</i>	<i>30</i>
3.3.8.2	<i>Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível</i>	<i>30</i>
3.3.9	<i>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo</i>	<i>30</i>
3.3.10	<i>Fornecedores e Contas a Pagar</i>	<i>31</i>
3.3.11	<i>Demais Obrigações de Curto Prazo</i>	<i>32</i>
3.3.12	<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	<i>32</i>
3.3.13	<i>Obrigações Contratuais a Executar</i>	<i>33</i>
3.4	NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	35
3.4.1	<i>Resultado Orçamentário</i>	<i>35</i>
3.4.2	<i>Execução das Receitas.....</i>	<i>35</i>
3.4.2.1	<i>Receitas Correntes.....</i>	<i>36</i>
3.4.2.1	<i>Receitas de Capital</i>	<i>36</i>
3.4.3	<i>Execução das Despesas</i>	<i>37</i>
3.4.3.1	<i>Despesas Correntes</i>	<i>37</i>
3.4.3.2	<i>Despesas de Capital</i>	<i>38</i>
3.4.4	<i>Execução Orçamentária dos Restos a Pagar</i>	<i>39</i>



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

3.5	NOTA EXPLICATIVA SOBRE DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19.....	43
3.6	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP).....	44
3.6.1	<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>	45
3.6.2	<i>Valorização e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</i>	45
3.6.3	<i>Pessoal e Encargos</i>	46
3.6.4	<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	46
3.6.5	<i>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</i>	46
3.7	NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	46
3.7.1	<i>INGRESSOS: Receitas Orçamentárias</i>	46
3.7.2	<i>INGRESSOS: Transferências Financeiras Recebidas</i>	47
3.7.3	<i>INGRESSOS: Recebimentos Extraorçamentários</i>	47
3.7.4	<i>DISPÊNDIOS: Despesas Orçamentárias</i>	48
3.7.5	<i>DISPÊNDIOS: Transferências Financeiras Concedidas</i>	49
3.7.6	<i>DISPÊNDIOS: Pagamentos Extraorçamentários</i>	49
3.8	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	49
3.8.1	<i>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Ingressos – Outras Receitas Derivadas e Originárias</i>	49
3.8.2	<i>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Transferências Financeiras Recebidas</i>	50
3.8.3	<i>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Previdência Social</i>	50
3.8.4	<i>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Educação</i>	50
3.8.5	<i>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Desembolsos – Transferências Concedidas – Intragovernamentais</i>	51
3.8.6	<i>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante</i>	51



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	21
Tabela 2 - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo.....	22
Tabela 3 - Estoques	22
Tabela 4 - Quocientes de Recebimentos.....	23
Tabela 5 - Cálculo da Estimativa de Perda.....	23
Tabela 6 – Imobilizado	24
Tabela 7 - Bens Móveis - Composição	25
Tabela 8 - Outros Bens Móveis	25
Tabela 9 - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	25
Tabela 10 - Bens Imóveis - Composição	26
Tabela 11 - Bens de Uso Especial - Composição	26
Tabela 12 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado	28
Tabela 13 - Intangível - Composição	29
Tabela 14 - Vida útil do Software.....	30
Tabela 15 - Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	31
Tabela 16 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição	31
Tabela 17 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante.....	31
Tabela 18 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor.....	32
Tabela 19 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores	33
Tabela 20 - Obrigações Contratuais - Composição.....	33
Tabela 21 - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante	33
Tabela 22 - Obrigações Contratuais - por Contrato.....	34
Tabela 23 - Previsão e Execução de Receitas e Despesas.....	35
Tabela 24 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição	36
Tabela 25 - Despesas Correntes – Composição.....	37
Tabela 26 – Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento	37
Tabela 27 - Valores empenhados - por outros órgãos	38
Tabela 28 - Execução de despesas de capital	38
Tabela 29 - Restos a Pagar Não Processados: origem do orçamento executado	39
Tabela 30 - Restos a Pagar Não Processados - por origem do orçamento executado	40
Tabela 31 - Restos a Pagar Não Processados inscritos por Unidade Gestora Executora	41
Tabela 32 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa.....	41
Tabela 33 - Execução de Restos a Pagar Processados	42
Tabela 34 - Detalhamento do saldo das contas do Grupo Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	45
Tabela 35 - Repasses recebidos em 2021	47
Tabela 36 - Despesas orçamentárias por fonte de recursos.....	48



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da Nota de Empenho.....	40
Gráfico 2 - Restos a Pagar não Processados por elemento de despesas	43



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Av. da Universidade, 2853., - Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP 60020-181
Telefone: 3366 7368 e Fax: @fax_unidade@ - http://ufc.br/

DECLARAÇÃO

Processo nº 23067.003481/2022-50

Interessado: COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (CCF_PROPLAD)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Universidade Federal do Ceará.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na [Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.](#)

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Fortaleza-CE, 25 de janeiro de 2022.

Samuel Cavalcante Mota

Contador

CRC-CE:019065/O

Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD

Universidade Federal do Ceará



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD)
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF)

Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL CAVALCANTE MOTA, Assessor Técnico**, em 25/01/2022, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orga_o_acesso_externo=0, informando o código verificador **2810923** e o código CRC **AB3815C9**.

Referência: Processo nº 23067.003481/2022-50

SEI nº 2810923

Criado por samuelcmota, versão 2 por samuelcmota em 25/01/2022 17:14:57.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	141.391.412,00	125.728.011,44	PASSIVO CIRCULANTE	288.285.713,54	286.399.324,46
Caixa e Equivalentes de Caixa 3.3.1	107.284.631,85	112.168.849,13	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo 3.3.9	124.143.536,87	105.641.894,27
Créditos a Curto Prazo 3.3.2	26.015.924,95	8.382.023,24	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	26.715.685,54	9.063.107,44	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo 3.3.10	4.064.181,76	6.037.905,71
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo 3.3.5	-699.760,59	-681.084,20	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	90,09	90,09
Estoques 3.3.3	8.076.427,70	5.137.388,82	Demais Obrigações a Curto Prazo 3.3.11	160.077.904,82	174.719.434,39
VPDs Pagas Antecipadamente 3.3.4	14.427,50	39.750,25			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.002.363.301,20	1.029.184.914,39	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	9.791.945,02	3.273.958,90
Ativo Realizável a Longo Prazo	11.234,53	5.625,74	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	8.910.749,04	3.272.732,86
Créditos a Longo Prazo	11.234,53	5.625,74	Demais Obrigações a Longo Prazo	881.195,98	1.226,04
Dívida Ativa Não Tributária	5.089.217,41	4.935.914,62			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo 3.3.5	-5.077.982,88	-4.930.288,88			
Imobilizado 3.3.7	1.001.701.593,12	1.028.519.315,29			
Bens Móveis	212.926.965,70	243.657.914,45			
Bens Móveis	338.670.230,83	340.583.455,14			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-125.743.265,13	-96.925.540,69	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	298.077.658,56	289.673.283,36
Bens Imóveis	788.774.627,42	784.861.400,84	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Imóveis	807.780.182,56	802.915.833,84			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-19.005.555,14	-18.054.433,00	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Intangível 3.3.8	650.473,55	659.973,36	Resultados Acumulados	845.677.054,64	865.239.642,47
Softwares	650.473,55	659.973,36	Resultado do Exercício	-7.196.292,77	19.882.206,87
Softwares	659.870,74	696.374,10	Resultados de Exercícios Anteriores	865.239.642,47	860.570.891,48
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-9.397,19	-36.400,74	Ajustes de Exercícios Anteriores 3.3.12	-12.366.295,06	-15.213.455,88
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	845.677.054,64	865.239.642,47
TOTAL DO ATIVO	1.143.754.713,20	1.154.912.925,83	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.143.754.713,20	1.154.912.925,83



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	107.284.631,85	112.168.849,13	PASSIVO FINANCEIRO	161.210.177,95	189.401.196,05
ATIVO PERMANENTE	1.036.470.081,35	1.042.744.076,70	PASSIVO PERMANENTE	194.258.280,61	185.850.658,37
			SALDO PATRIMONIAL	788.286.254,64	779.661.071,41

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	126.700.142,34	141.712.017,48	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	239.656.755,70	316.918.558,41
Atos Potenciais Ativos	126.700.142,34	141.712.017,48	Atos Potenciais Passivos	239.656.755,70	316.918.558,41
Garantias e Contragarantias Recebidas	13.040.406,64	10.526.651,93	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	105.425.377,13	121.332.601,17	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	8.234.358,57	9.852.764,38	Obrigações Contratuais 3.3.13	239.656.755,70	316.918.558,41
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	126.700.142,34	141.712.017,48	TOTAL	239.656.755,70	316.918.558,41

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-32.371.837,10
Recursos Vinculados	-21.553.709,00
Educação	-13.807.770,24
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-4.722.259,88
Previdência Social (RPPS)	-7.760,60
Dívida Pública	-1.756.465,04
Alienação de Bens e Direitos	1.008.078,04
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-2.267.531,28
TOTAL	-53.925.546,10

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

2.2 Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES 3.4.2	5.391.501,00	5.391.501,00	5.500.675,29	109.174,29
Receita Patrimonial	1.469.654,00	1.469.654,00	1.231.293,92	-238.360,08
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.469.654,00	1.469.654,00	1.231.293,92	-238.360,08
Receita Agropecuária	4.088,00	4.088,00	4.663,61	575,61
Receitas de Serviços	2.905.311,00	2.905.311,00	2.097.486,20	-807.824,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.905.311,00	2.905.311,00	2.097.486,20	-807.824,80
Outras Receitas Correntes	1.012.448,00	1.012.448,00	2.167.231,56	1.154.783,56
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	256.991,00	256.991,00	30.531,72	-226.459,28
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	755.457,00	755.457,00	2.136.699,84	1.381.242,84
RECEITAS DE CAPITAL 3.4.2	638.184.081,00	638.184.081,00	726.485,70	-637.457.595,30
Operações de Crédito	637.943.387,00	637.943.387,00	-	-637.943.387,00
Operações de Crédito Internas	637.943.387,00	637.943.387,00	-	-637.943.387,00
Alienação de Bens	240.694,00	240.694,00	726.485,70	485.791,70
Alienação de Bens Móveis	240.694,00	240.694,00	726.485,70	485.791,70
SUBTOTAL DE RECEITAS	643.575.582,00	643.575.582,00	6.227.160,99	-637.348.421,01
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	643.575.582,00	643.575.582,00	6.227.160,99	-637.348.421,01
DEFICIT 3.4.1			1.694.321.751,63	1.694.321.751,63
TOTAL	643.575.582,00	643.575.582,00	1.700.548.912,62	1.056.973.330,62
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				10.972.684,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-10.972.684,00	-	-



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES 3.4.3	1.690.185.560,00	1.679.104.076,00	1.695.562.499,95	1.671.398.043,64	1.570.908.857,35	-16.458.423,95
Pessoal e Encargos Sociais	1.518.016.146,00	1.507.137.229,00	1.486.988.879,56	1.486.981.118,96	1.393.097.844,34	20.148.349,44
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	172.169.414,00	171.966.847,00	208.573.620,39	184.416.924,68	177.811.013,01	-36.606.773,39
DESPESAS DE CAPITAL 3.4.3	1.923.532,00	2.032.332,00	4.986.412,67	499.780,76	244.030,12	-2.954.080,67
Investimentos	1.923.532,00	2.032.332,00	4.986.412,67	499.780,76	244.030,12	-2.954.080,67
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.692.109.092,00	1.681.136.408,00	1.700.548.912,62	1.671.897.824,40	1.571.152.887,47	-19.412.504,62
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.692.109.092,00	1.681.136.408,00	1.700.548.912,62	1.671.897.824,40	1.571.152.887,47	-19.412.504,62
TOTAL	1.692.109.092,00	1.681.136.408,00	1.700.548.912,62	1.671.897.824,40	1.571.152.887,47	-19.412.504,62

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES 3.4.4	13.016.086,72	49.404.477,44	31.888.261,52	30.689.391,09	8.139.537,78	23.591.635,29
Pessoal e Encargos Sociais	-	263.912,38	-	-	-	263.912,38
Outras Despesas Correntes	13.016.086,72	49.140.565,06	31.888.261,52	30.689.391,09	8.139.537,78	23.327.722,91
DESPESAS DE CAPITAL 3.4.4	4.665.459,70	21.756.288,09	18.729.904,18	18.591.074,54	1.330.109,23	6.500.564,02
Investimentos	4.665.459,70	21.756.288,09	18.729.904,18	18.591.074,54	1.330.109,23	6.500.564,02
TOTAL	17.681.546,42	71.160.765,53	50.618.165,70	49.280.465,63	9.469.647,01	30.092.199,31

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES 3.4.4	315.028,59	98.737.170,43	98.700.433,31	1.947,78	349.817,93
Pessoal e Encargos Sociais	5.814,88	91.853.788,19	91.853.788,19	-	5.814,88
Outras Despesas Correntes	309.213,71	6.883.382,24	6.846.645,12	1.947,78	344.003,05
DESPESAS DE CAPITAL 3.4.4	771.062,57	131.825,03	131.825,03	-	771.062,57
Investimentos	771.062,57	131.825,03	131.825,03	-	771.062,57
TOTAL	1.086.091,16	98.868.995,46	98.832.258,34	1.947,78	1.120.880,50

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.068.198.788,70	2.056.523.790,42
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.333.337,94	3.342.956,36
Venda de Mercadorias	4.663,61	3.782,97
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.328.674,33	3.339.173,39
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	20.953,47	1.641,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	20.953,47	160,82
Variações Monetárias e Cambiais	-	1.480,40
Transferências e Delegações Recebidas 3.6.1	1.961.366.813,09	1.960.145.613,35
Transferências Intragovernamentais	1.946.883.006,19	1.931.641.188,72
Outras Transferências e Delegações Recebidas	14.483.806,90	28.504.424,63
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos 3.6.2	99.395.500,93	87.657.084,26
Reavaliação de Ativos	7.517.223,95	3.105.802,28
Ganhos com Alienação	-	61.716,95
Ganhos com Incorporação de Ativos	19.734.683,85	3.586.639,45
Ganhos com Desincorporação de Passivos	72.143.593,13	80.902.925,58
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.082.183,27	5.376.495,23
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	78.836,85	785.647,96
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.003.346,42	4.590.847,27
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.075.395.081,47	2.036.641.583,55
Pessoal e Encargos 3.6.3	964.175.884,13	928.968.287,83
Remuneração a Pessoal	763.350.565,07	732.212.133,88
Encargos Patronais	167.891.729,85	163.528.821,60
Benefícios a Pessoal	32.396.789,21	32.879.732,35
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	536.800,00	347.600,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais 3.6.4	584.510.084,37	587.045.507,98
Aposentadorias e Reformas	453.036.329,61	460.328.507,74
Pensões	119.204.669,81	114.224.751,58
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.269.084,95	12.492.248,66
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	137.471.638,13	144.410.804,55
Uso de Material de Consumo	17.514.309,59	30.449.618,83
Serviços	105.712.453,35	98.288.092,03
Depreciação, Amortização e Exaustão	14.244.875,19	15.673.093,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	12.032,45	2.148,74



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Juros e Encargos de Mora	12.032,45	2.148,74
Transferências e Delegações Concedidas	241.927.775,33	252.069.016,49
Transferências Intragovernamentais	240.387.988,45	246.637.995,62
Transferências a Instituições Privadas	33.631,60	92.252,56
Transferências ao Exterior	20.435,20	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.485.720,08	5.338.768,31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 3.6.5	89.692.115,43	66.119.974,20
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.311.384,60	445.784,69
Perdas com Alienação	3.138.342,02	1.084.568,74
Perdas Involuntárias	286,38	55.070,38
Incorporação de Passivos	48.231.640,66	56.612.968,34
Desincorporação de Ativos	36.010.461,77	7.921.582,05
Tributárias	3.970.077,20	3.794.279,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.196,58	11.908,82
Contribuições	3.953.880,62	3.782.370,36
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	53.635.474,43	54.231.564,58
Incentivos	53.625.622,16	54.229.563,45
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	9.852,27	2.001,13
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-7.196.292,77	19.882.206,87

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

2.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias 3.7.1	6.227.160,99	6.251.883,88	Despesas Orçamentárias 3.7.4	1.700.548.912,62	1.730.049.843,14
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.060.246.663,16	820.119.319,09
Vinculadas	6.253.298,50	6.337.953,98	Vinculadas	640.302.249,46	909.930.524,05
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	20.218.891,77	65.034.043,46
Alienação de Bens e Direitos	726.485,70	638.300,00	Seguridade Social (Exceto Previdência)	388.195.468,60	368.904.325,52
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.526.812,80	5.699.653,98	Previdência Social (RPPS)	218.949.458,38	266.142.355,26
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-26.137,51	-86.070,10	Dívida Pública		162.214.008,11
			Alienação de Bens e Direitos	588.954,05	205.039,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	12.349.476,66	47.430.752,70
Transferências Financeiras Recebidas 3.7.2	1.946.878.281,83	1.931.641.188,72	Transferências Financeiras Concedidas 3.7.5	240.387.988,45	246.637.995,62
Resultantes da Execução Orçamentária	1.891.239.405,26	1.889.776.851,90	Resultantes da Execução Orçamentária	233.365.633,94	232.199.481,74
Repasso Recebido	1.657.880.317,94	1.657.581.645,68	Repasso Concedido	6.546,62	4.275,52
Sub-repasso Recebido	233.359.087,32	232.195.206,22	Sub-repasso Concedido	233.359.087,32	232.195.206,22
Independentes da Execução Orçamentária	55.638.876,57	41.864.336,82	Independentes da Execução Orçamentária	7.022.354,51	14.438.513,88
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	53.086.819,33	40.209.532,27	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.204.952,86	10.531.056,72
Demais Transferências Recebidas	15.835,42	3.763,83	Demais Transferências Concedidas	116.146,71	1.389.438,71
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.536.221,82	1.651.040,72	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.701.254,94	2.518.018,45
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários 3.7.3	132.603.864,70	172.973.337,08	Pagamentos Extraorçamentários 3.7.6	149.656.623,73	144.999.367,57
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	100.744.936,93	98.192.917,34	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	98.832.258,34	104.019.727,62
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	28.651.088,22	71.160.765,53	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	49.280.465,63	39.819.173,45
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.541.175,27	1.106.875,81	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.543.899,76	1.142.093,15
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.666.664,28	2.512.778,40	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	18.373,35
Passivos Transferidos		14.132,30	Demais Pagamentos		18.373,35
Arrecadação de Outra Unidade	1.661.939,92	2.498.646,10			
Demais Recebimentos	4.724,36				
Saldo do Exercício Anterior	112.168.849,13	122.989.645,78	Saldo para o Exercício Seguinte	107.284.631,85	112.168.849,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	112.168.849,13	122.989.645,78	Caixa e Equivalentes de Caixa	107.284.631,85	112.168.849,13
TOTAL	2.197.878.156,65	2.233.856.055,46	TOTAL	2.197.878.156,65	2.233.856.055,46

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.356.226,71	6.166.958,70
INGRESSOS	1.955.586.796,67	1.940.874.426,81
Receita Patrimonial	1.231.293,92	1.010.084,65
Receita Agropecuária	4.663,61	3.782,97
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.097.486,20	2.343.724,84
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias 3.8.1	2.167.231,56	2.255.991,42
Outros Ingressos Operacionais	1.950.086.121,38	1.935.260.842,93
Ingressos Extraorçamentários	1.541.175,27	1.106.875,81
Passivos Transferidos	-	14.132,30
Transferências Financeiras Recebidas 3.8.2	1.946.878.281,83	1.931.641.188,72
Arrecadação de Outra Unidade	1.661.939,92	2.498.646,10
Demais Recebimentos	4.724,36	-
DESEMBOLSOS	1.942.230.569,96	1.934.707.468,11
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Administração	-622.200,00	-
Segurança Pública	-4.961.449,08	-4.803.889,59
Assistência Social	-675.487,60	-141.875,16
Previdência Social 3.8.3	-567.631.222,48	-568.774.264,93
Saúde	-374.397,84	-6.652.800,83
Educação 3.8.4	-951.501.781,39	-939.703.152,39
Direitos da Cidadania	-	-589.504,14
Urbanismo	-189.280,52	-
Gestão Ambiental	-1.606.984,38	-610.725,23
Ciência e Tecnologia	-50.323,98	-132.657,10
Agricultura	-6.000,00	-
Transporte	-3.462.806,48	-
Encargos Especiais	-64.991,55	-62.434,88
Transferências Concedidas 3.8.5	-169.151.756,45	-165.437.701,74
Intragovernamentais	-169.089.765,25	-165.346.494,18
Outras Transferências Concedidas	-61.991,20	-91.207,56
Outros Desembolsos Operacionais	-241.931.888,21	-247.798.462,12
Dispêndios Extraorçamentários	-1.543.899,76	-1.142.093,15
Transferências Financeiras Concedidas	-240.387.988,45	-246.637.995,62
Demais Pagamentos	-	-18.373,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-18.240.443,99	-16.987.755,35
INGRESSOS	726.485,70	638.300,00
Alienação de Bens	726.485,70	638.300,00
DESEMBOLSOS	-18.966.929,69	-17.626.055,35
Aquisição de Ativo Não Circulante 3.8.6	-18.696.198,44	-16.528.332,47
Outros Desembolsos de Investimentos	-270.731,25	-1.097.722,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.884.217,28	-10.820.796,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	112.168.849,13	122.989.645,78
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	107.284.631,85	112.168.849,13

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



3 NOTAS EXPLICATIVAS

3.1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)*, respectivamente.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis (DCON) consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

3.2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e, por consequência, na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

m) Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFC.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas (NE), podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

3.3 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial (BP) levando em conta as variações mais relevantes durante o exercício de 2021 em relação ao exercício anterior, bem como informações específicas sobre o Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ajustes para Perdas, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Contratuais e Ajustes de Exercícios Anteriores.

3.3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor disponível a que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil para atender às despesas está registrado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que contém o montante/limite à disposição dos órgãos (inclusive, os valores decorrentes de arrecadação própria).

O total da conta Caixa é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos Dispêndios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final.

A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2020 e no encerramento do exercício de 2021 consiste em uma redução de 4,35%, conforme Tabela 1. Cabe ressaltar que aproximadamente 92% do valor disponível em 31/12/2021 é referente a recursos já comprometidos com pagamentos que foram realizados no primeiro dia útil de 2022. Estes pagamentos são referentes, principalmente, à folha de pessoal do mês de dezembro/2021;

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	107.284.631,85	112.168.849,13	-4,35%

Fonte: SIAFI.

3.3.2 Créditos a curto Prazo

Os créditos a receber de curto prazo apresentaram valores 210% superiores ao final do exercício de 2021, quando comparado com o saldo final do exercício 2020. Este aumento decorre, basicamente, do fato de que, em 2021 houve um acréscimo dos valores referentes ao adiantamento a pessoal alusivo a férias acrescido de 1/3 constitucional; quando comparado ao final do exercício de 2020, conforme demonstrado na Tabela 2.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Tabela 2 - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV(%)
Adiantamento de Férias	14.541.747,25	537.363,94	2606,13%	55,90%
Adiantamento a Prestadores de Serviços	5.372.983,94	1.858.147,28	189,16%	20,65%
13 Salário – Adiantamento	4.782.439,71	4.777.854,37	0,10%	18,38%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	860.004,89	774.374,78	11,06%	3,31%
Demais	458.749,16	434.282,87	5,63%	1,76%
Total	26.015.924,95	8.382.023,24	210,38%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Convém esclarecer que o valor real do adiantamento de férias ao final do exercício de 2021 é de R\$ 1.043.455,49. Antes do encerramento do exercício de 2021 não foi efetuado, para a unidade gestora Universidade Federal do Ceará, o confronto entre os valores da conta de Adiantamento de Férias e de Férias a Pagar (conta do passivo pertencente ao grupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais - Item 3.3.9), realizando-se a baixa do menor dos dois valores. O saldo foi ajustado no mês de janeiro/2022.

3.3.3 Estoques

A conta estoques apresentou em 31/12/2021 saldo aproximadamente 57% superior ao saldo em 31/12/2020. Essa variação ocorreu, sobretudo, pelo aumento do valor dos estoques de medicamentos para distribuição, registrado na unidade do Hospital Universitário, conforme detalhado na Tabela 3.

Tabela 3 - Estoques

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Medicamento - Estoque interno- para distribuição	6.594.071,65	3.602.625,67	83,04%
Materiais de consumo	1.482.356,05	1.534.763,15	-3,41%
Total	8.076.427,70	5.137.388,82	57,21%

Fonte: SIAFI.

3.3.4 VPDs Pagas Antecipadamente

O valor de R\$ 14.427,50, registrado nesse grupo é referente a ao pagamento feito antecipadamente no âmbito do [Contrato nº 25/2021](#), cujo objeto é a contratação de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública através do acesso via internet. A vigência do contrato é de 20/07/2021 a 20/07/2022 e o pagamento foi feito em parcela única no mês de agosto de 2021.

Como o pagamento foi efetuado de forma antecipada à ocorrência da despesa, em obediência ao princípio da competência, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) são reconhecidas mensalmente. Assim, à medida que o valor desse grupo de contas vai sendo baixado, é registrada como contrapartida uma VPD.

3.3.5 Ajuste para perdas - Valores a Receber



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Conforme recomendação do Manual SIAFI – Macrofunção 020342, os ajustes para perdas estimadas em créditos a receber são calculados tendo como base o histórico de recebimentos passados. O cálculo foi individualizado por conta contábil. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se esse resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

A equação que representa o cálculo da Perda Estimada é

$$\text{Perda Estimada} = \text{Saldo de valores a receber} - (\text{Quociente médio de recebimentos} \times \text{Saldo da contas valores a receber})$$

A seguir, são apresentadas tabelas com a memória de cálculo da perda estimada. Utilizou-se o histórico de recebimentos dos anos de 2019, 2019 e 2020. Para algumas contas, por não haver movimentação em todos os últimos três exercícios, utilizou-se o histórico do período em que a conta apresentou movimentação.

Convém ressaltar que nas tabelas 04 e 05 constam os créditos a receber de curto e longo, assim como o cálculo dos seus respectivos ajustes para perdas.

Os valores das perdas estimadas são recalculados mensalmente com base no histórico de perdas dos últimos três anos.

Tabela 4 - Quocientes de Recebimentos

Conta contábil	Percentual de recebimento			Média percentual de recebimento
	2018	2019	2020	
Aluguéis a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos a receber por pagamento em duplicidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos a receber decorrentes de infrações	0,00	9,95	0,00	3,32
Créditos a receber por cessão de pessoal	100,00	100,00	93,17	97,72
Outros Créditos a Receber e valores a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguéis a receber - Inter estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos a receber por cessão de pessoal - estado	82,02	111,53	95,07	96,21
Aluguéis a receber - inter município	0,00	0,00	100,00	33,33
Créditos a receber por cessão de pessoal - município	59,75	98,24	95,97	84,65
Dívida ativa não tributária	0,51	0,00	0,46	0,32
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Tabela 5 - Cálculo da Estimativa de Perda

Conta contábil	% Quociente médio de recebimento (2018, 2019 e 2020)	Saldo da conta contábil em dezembro/2021	Valor da provisão em dezembro/2021
Aluguéis a receber	0	115.006,99	115.006,99
Créditos a receber por pagamento em duplicidade	0	12.379,24	12.379,24
Créditos a receber decorrentes de infrações	14,16	265.592,27	227.984,34
Créditos a receber por cessão de pessoal	97,72	21.264,73	484,16
Outros Créditos a Receber e valores a curto prazo	0	33.000,00	33.000,00
Aluguéis a receber - Inter estado	0	284.907,29	284.907,29
Créditos a receber por cessão de pessoal - estado	96,21	239.288,11	9.074,01



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Aluguéis a receber - inter município	33,33	0,00	0,00
Créditos a receber por cessão de pessoal - município	84,65	110.267,29	16.924,55
Dívida ativa não tributária	0,32	3.466.008,60	3.454.774,07
Dívida ativa não tributária	0	1.623.208,81	1.623.208,81
TOTAL		6.170.923,33	5.777.743,47

Fonte: SIAFI.

3.3.6 Ajustes para Perdas - Estoques

Para subsidiar o cálculo do valor de perdas com estoques na UFC foi utilizado relatório do Sistema de Gestão de Almoxarifado (SIPAC) com o histórico de baixas por perdas de estoque. Nos últimos três anos, o total de perdas de estoques foi de R\$ 3.153,45. Assim, a média de perdas com estoque anual é de R\$ 1.051,15, que representa aproximadamente 0,01% do saldo da conta de Estoques de Material de Consumo ao final do exercício de 2021. Logo, pela irrelevância do valor histórico de perdas, optou-se por não registrar provisão de perdas para estoques.

3.3.7 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. A UFC possui comissão permanente de avaliação de bens móveis que, para os bens adquiridos de forma gratuita, realiza avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

Em 31/12/2021, a UFC apresentou um saldo de R\$ 1.001.701.593,12 relacionados ao imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado.

Tabela 6 – Imobilizado

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Móveis	212.926.965,70	243.657.914,45	-12,61%
(+) Valor Bruto Contábil	338.670.230,83	340.583.455,14	-0,56%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-125.743.265,13	-96.925.540,69	29,73%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis	788.774.627,42	784.861.400,84	0,50%
(+) Valor Bruto Contábil	807.780.182,56	802.915.833,84	0,61%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-19.005.555,14	-18.054.433,00	5,27%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	1.001.701.593,12	1.028.519.315,29	-2,61%

Fonte: SIAFI



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

3.3.7.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFC em 31/12/2021 totalizavam R\$ 212.926.965,70 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7 - Bens Móveis - Composição

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	128.873.117,92	133.816.619,07	-3,69%	60,52%
Bens de Informática	45.305.614,55	44.724.891,67	1,30%	21,28%
Móveis e Utensílios	54.130.902,83	51.771.659,33	4,56%	25,42%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	86.070.670,87	88.313.473,24	-2,54%	40,42%
Veículos	19.832.295,88	20.625.271,24	-3,84%	9,31%
Bens Móveis em Andamento	1.430.678,90	832.280,09	71,90%	0,67%
Armamentos	2,00	2,00	0,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	85.018,00	109.717,58	-22,51%	0,04%
Demais Bens Móveis	2.941.929,88	389.540,92	655,23%	1,38%
Depreciação / Amortização Acumulada	-125.743.265,13	-96.925.540,69	29,73%	-59,05%
Total	212.926.965,70	243.657.914,45	-12,61%	100,00%

Fonte: SIAFI.

A maior variação durante o exercício de 2021 em relação ao saldo final do ano de 2020, em termos percentuais, ocorreu com o grupo de Demais Bens Móveis. A variação no saldo deste grupo decorre do registro de transferência de bens móveis para a conta de Bens Móveis não Localizados. A transferência em questão refere-se ao valor dos bens móveis não localizados no processo de inventário de bens móveis realizado nas unidades gestoras do Hospital Universitário e Maternidade Escola, conforme detalhado na Tabela 8.

Tabela 8 - Outros Bens Móveis

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
BENS NAO LOCALIZADOS	2.668.609,83			90,71%
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	1.122.183,89			38,14%
MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	1.546.425,94			52,57%
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	252.643,30	366.796,32	-31,1%	8,59%
MATERIAL DE USO DURADOURO	112,35	2.030,20	-94,5%	0,00%
OUTROS BENS MOVEIS	20.564,40	20.714,40	-0,7%	0,70%
Total	2.941.929,88	389.540,92	655%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Dos Bens Móveis registrados no órgão, 60,52% referem-se a Máquinas, Equipamentos e Ferramentas. Dentro do Grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o valor mais relevante é referente a Aparelhos, Equipamentos e Utensílios para uso Médico, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar, totalizando R\$ 103.317.557,05, o que representa aproximadamente 80% do total do grupo e 31% do total de bens móveis, considerando o valor bruto dos bens. A Tabela 9 apresenta o detalhamento do grupo de bens Máquinas, Equipamentos e Ferramentas.

Tabela 9 - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	9.028.741,96	9.568.034,56	-5,64%	7,01%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	948.816,73	986.996,00	-3,87%	0,74%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	103.317.557,05	104.949.587,20	-1,56%	80,17%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	519.930,20	486.317,95	6,91%	0,40%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	604.582,58	661.024,20	-8,54%	0,47%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	1.257.179,48	1.816.175,19	-30,78%	0,98%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	3.573.630,15	3.515.123,82	1,66%	2,77%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	648.589,67	681.260,89	-4,80%	0,50%
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	833.781,66	959.172,23	-13,07%	0,65%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	90.680,00	90.680,00	0,00%	0,07%
MÁQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	1.159.592,76	1.181.787,96	-1,88%	0,90%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	1.234.376,64	839.607,74	47,02%	0,96%
MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	5.655.659,01	5.500.468,35	2,82%	4,39%
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,03	2.580.382,98	-100,00%	0,00%
Total	128.873.117,92	133.816.619,07	-3,69%	100,00%

Fonte: SIAFI.

3.3.7.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFC em 31/12/2021 totalizavam aproximadamente R\$ 789 milhões e estão distribuídos em quatro grupos de contas, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 10 - Bens Imóveis - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	775.821.986,40	750.799.748,53	3,33%	98,36%
Bens Imóveis em Andamento	31.554.609,67	49.214.057,07	-35,88%	4,00%
Instalações	403.586,49	2.902.028,24	-86,09%	0,05%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	- 19.005.555,14	- 18.054.433,00	5,27%	-2,41%
Total	788.774.627,42	784.861.400,84	0,50%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 98% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFC, perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 776 milhões em 31/12/2021 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme pode ser observado na Tabela 11.

A Tabela 11 demonstra a composição do grupo Bens de Uso Especial, com destaque para a conta de Imóveis de Uso Educacional, que representa aproximadamente 69% do total de bens de uso especial.

Tabela 11 - Bens de Uso Especial - Composição

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Fazendas, Parques e Reservas	6.009.103,43	6.009.103,43	0,00%	0,77%
Terrenos, Glebas	188.684.481,27	187.548.581,84	0,61%	24,32%
Imóveis de Uso Educacional	533.952.782,65	521.810.426,24	2,33%	68,82%
Edifícios	37.506.604,51	26.293.694,36	42,64%	4,83%
Imóveis Residenciais e Comerciais	6.806.883,03	6.275.811,15	8,46%	0,88%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2.862.131,51	2.862.131,51	0,00%	0,37%
Total	775.821.986,40	750.799.748,53	3,33%	100,00%

Fonte: SIAFI.

A movimentação mais relevante durante o exercício de 2021 no grupo de bens imóveis, refere-se ao item Edifícios. A movimentação neste item é decorrente da transferência de valores que



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

estava na conta de Obras em Andamento, que faz parte do grupo de Bens Móveis em Andamento, para a conta definitiva de bens imóveis, em razão da conclusão de obras.

a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na UFC têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, [Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão](#), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e no [Manual de Gestão Patrimonial](#), disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; sempre que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUNET e para os bens móveis é o das quotas constantes. Cabe ressaltar que a UFC não possui bens imóveis não registrados no SPIUNET.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. Este sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = \frac{n^2 - x^2}{n^2}$$

Onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

3.3.7.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do Patrimônio Líquido.

A Tabela 12 detalha todos os ajustes de exercícios anteriores efetuados durante o exercício de 2021 que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado.

Tabela 12 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado

Descrição da Movimentação	VALOR
Estorno de registro indevido de alienação de bens móveis, realizada em exercício anterior.	3,20
Complemento da baixa de bens móveis alienados no exercício de 2020	-9.594,76



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Ajuste no valor da depreciação acumulada de bens móveis para adequar o valor ao do Sistema de Controle Patrimonial (SIPAC). As divergências de saldo são provenientes de exercícios anteriores	- 27.691,12
Ajuste no valor de bens móveis, para que os saldos do SIAFI sejam conciliados com o SIPAC (Sistema de Gestão Patrimonial). As divergências de saldo são provenientes de exercícios anteriores	174.900,50
Ajustes no valor do grupo bens móveis em razão da realização de inventário nas unidades do Hospital Universitário e Maternidade Escola	- 15.822.078,77
TOTAL	- 15.684.460,95

Fonte: SIAFI.

3.3.8 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio da UFC.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017, foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por redução ao valor recuperável. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPACP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2021, o órgão apresentou um saldo de R\$ 650.473,55 de ativos intangíveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela 13 - Intangível - Composição

Item	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Software com Vida Útil Definida	13.749,62	50.252,98	-72,64%	2,11%
Software com Vida Útil Indefinida	646.121,12	646.121,12	0,00%	99,33%
Amortização Acumulada	-9.397,19	-36.400,74	-74,18%	-1,44%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Total	650.473,55	659.973,36	-1,44%	100,00%
-------	------------	------------	--------	---------

Fonte: SIAFI.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa 99,33% do grupo.

Durante o exercício de 2021 foi baixado da conta de Software com Vida Útil Definida o valor de R\$ 36.503,36 referente a quatro Licenças do Software Banco de Dados SQL Server, que expiraram durante o exercício de 2021. Este fato ocasionou a redução de 72,64% entre o saldo da referida conta em 31/12/2020 e 31/12/2021.

A Tabela 14 detalha as informações acerca da vida útil dos Softwares com Vida Útil Definida.

Tabela 14 - Vida útil do Software

Software	Valor bruto(R\$)	vida útil total em meses	valor amortizado(R\$)	meses amortizados	Valor Líquido Contábil em 31/12/2021 (R\$)
Licença de um Software para elaboração de orçamento e acompanhamento de obras e reformas (SEOBRA), com cinco postos de utilização simultâneos, por um período de três anos.	7.199,70	36	5.999,75	30	1.199,95
Licença de um Software para elaboração de orçamento e acompanhamento de obras e reformas (SEOBRA), com três postos de utilização simultâneos.	1.799,92	20	1.259,94	14	539,98
Pacote com 14 Softwares especializados em mineração e engenharia civil, utilizados nos laboratórios de engenharias do Campus da UFC em Crateús.	4.750,00	60	2.137,50	27	2.612,50
Total	13.749,62		9.397,19		4.352,43

Fonte: SIAFI.

3.3.8.1 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment

Durante o ano de 2021 não foram identificados softwares em situação de imparidade.

3.3.8.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Durante o exercício de 2021 não foram realizados registros contábeis de ajustes de exercícios anteriores tendo como contrapartida as contas do grupo Ativo Intangível.

3.3.9 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O saldo desse grupo se refere, em sua maior parte, a valores de salários, remunerações e benefícios a pagar referentes a folha de pessoal do mês de dezembro de 2021. Os valores do passivo, referentes a folha de pagamento de dezembro/2021 foram baixados no primeiro dia útil de janeiro/2022, com o pagamento da folha de pessoal. A Tabela 15 detalha os saldos das contas contábeis que compõe este item do Balanço Patrimonial.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Tabela 15 - Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV(%)
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	86.980.562,59	85.372.721,42	1,88%	70,06%
FÉRIAS A PAGAR	23.924.413,65	11.244.105,05	112,77%	19,27%
PRECATORIOS DE PESSOAL	11.829.059,65	7.629.459,42	55,04%	9,53%
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	1.175.289,07	988.072,53	18,95%	0,95%
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	192.500,00	-100,00%	0,00%
CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	234.211,91	215.035,85	8,92%	0,19%
Total	124.143.536,87	105.641.894,27	17,51%	100,00%

Convém esclarecer que o valor real de férias a pagar ao final do exercício de 2021 é de R\$ 10.426.121,89. Antes do encerramento do exercício de 2021 não foi efetuado, para a unidade gestora Universidade Federal do Ceará, o confronto entre os valores da conta de Adiantamento de Férias (conta do ativo pertence ao Grupo Créditos a Curto Prazo – Item 3.3.2) e de Férias a Pagar, realizando-se a baixa do menor dos dois valores. Considerando o valor ajustado do saldo da conta de Férias a Pagar a variação de saldo entre os dois exercícios seria de apenas 7,27%. O saldo foi ajustado no mês de janeiro/2022.

3.3.10 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2021, a UFC apresentou um saldo em aberto de R\$ 4.064.181,76 relacionados com fornecedores e contas pagar. A seguir, apresenta-se a Tabela 16, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 16 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

Item	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Curto Prazo	4.064.181,76	6.037.905,71	-32,69%
Nacionais	4.064.181,76	6.037.905,71	-32,69%
Total	4.064.181,76	6.037.905,71	-32,69%

Fonte: SIAFI.

A totalidade de fornecedores e contas a pagar ao final do exercício de 2021 é composta por compromissos de curto prazo com credores nacionais.

Na Tabela 17 são apresentados os valores de fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante na data base de 31/12/2021.

Tabela 17 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	31/12/2021	AV (%)
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	10.777,33	0,27%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	4.053.404,43	99,73%
Total	4.064.181,76	100,00%

Fonte: SIAFI.

A unidade gestora UFC apresentou a quase totalidade de obrigações com fornecedores e contas a pagar ao final do mês de dezembro/2021 (99,73% do total), em razão de concentrar um maior volume de execução orçamentária.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Na Tabela 18 são relacionados os 05 fornecedores com valores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2021.

Tabela 18 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor

Fornecedor	31/12/2021	AV (%)
FUNDAÇÃO DE APOIO A SERVIÇOS TÉCNICOS, ENSINO E FOMENTO	1.561.146,48	38,41%
PR3 COMERCIO E SERVIÇOS DIGITAIS LTDA	899.912,72	22,14%
SULCLEAN SERVIÇOS LTDA	821.521,63	20,21%
FERRARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA	138.829,64	3,42%
FULL - BROADCAST & AUDIO – EIRELI	135.330,00	3,33%
DEMAIS	507.441,29	12,49%
Total	4.064.181,76	100%

Fonte: SIAFI.

Os valores pendentes de pagamento à Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento, referem-se às despesas liquidadas pela unidade gestora da UFC no mês de dezembro/2021 e em meses anteriores, que estavam aguardando o recebimento de recursos financeiros para efetivar o pagamento.

Os valores pendentes de pagamento aos fornecedores Sulclean Serviços Ltda, Ferrara Serviços de Construções Ltda e Full-Broadcast & Áudio – Eireli são referentes a despesas liquidadas na unidade gestora da UFC durante o mês de dezembro/2021, que ao final do exercício estavam aguardando o recebimento de recursos financeiros para efetivar o pagamento.

Encontram-se pendente há longa data PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda – EPP, que são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o registro de preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para auditórios, anfiteatros, concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União (CGU), em face de trabalho de auditoria.

3.3.11 Demais Obrigações de Curto Prazo

O saldo deste grupo apresentou uma pequena redução de 8,38%, quando se compara o saldo ao final do exercício de 2021 com o mesmo período de 2020. O principal item que compõem este grupo de obrigações refere-se ao reconhecimento da obrigação de prestar contas, junto aos órgãos descentralizadores de recursos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), que totalizaram ao final do mês de dezembro de 2021 R\$ 147.501.237,14, o que corresponde à aproximadamente 92% do valor total do grupo.

3.3.12 Ajustes de Exercícios Anteriores

Na Tabela 19 é apresentado um resumo da movimentação da conta de ajuste de exercícios anteriores durante o exercício de 2021.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Tabela 19 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

Ajustes de Exercícios Anteriores – Quadro Resumo	
Descrição do Lançamento	Valor
Saldo Inicial	-15.213.455,88
Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta ajuste de exercícios anteriores da administração direta, autarquias, fundações e fundos para a conta superávits ou déficits de exercícios anteriores (mês de abertura)	15.213.455,88
Reconhecimento de passivos com fato gerador ocorridos em exercícios anteriores	- 2.217.208,03
Estorno de valores de créditos a receber reconhecido indevidamente em exercício anterior.	- 2.752,12
Reconhecimento de créditos a receber referentes a fatos geradores ocorridos em exercício anterior.	14.595,49
Baixa de material consumido em exercício anterior	- 3.398.550,61
Entrada de material de consumo ocorrida em exercícios anteriores	5.648.122,26
Baixa da obrigação de longo prazo, após reconhecimento e obrigação dos precatórios do exercício de 2022 no curto prazo.	1.792.814,98
Desreconhecimento de passivos referentes a saldos alongados de precatórios que não representam passivos reais, reconhecidos no ano de 2001, os valores permaneceram sem movimentação desde o seu registro inicial.	1.481.143,92
Ajustes de exercícios anteriores que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado (ver nota explicativa específica)	- 15.684.460,95
Saldo ao final do exercício de 2021	- 12.366.295,06

Fonte: SIAFI.

3.3.13 Obrigações Contratuais a Executar

Em 31/12/2021 o Órgão possuía um saldo de R\$ 239.656.755,70 de obrigações contratuais relacionadas às parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s). A seguir, apresenta-se a Tabela 20, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 20 - Obrigações Contratuais - Composição

Tipos de Obrigações	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	1.033.874,44	1.812.781,72	-42,97%	0,43%
Fornecimento de Bens	867.074,61	40.513.182,20	-97,86%	0,36%
Seguros	350.903,47	494.851,40	-29,09%	0,15%
Serviços	237.404.903,18	274.097.743,09	-13,39%	99,06%
Total	239.656.755,70	316.918.558,41	-24,38%	100,00%

Fonte: SIAFI.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 99,06% do total das obrigações assumidas pelo órgão ao final do mês de dezembro/2021 e sofreram uma redução de 13,39 % em relação ao final do exercício de 2020, em razão da baixa de saldos alongados, referentes a contratos já encerrados e sem parcelas a executar.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 21 que contém os valores por unidades gestoras contratantes com data base de 31/12/2021.

Tabela 21 - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante

UNIDADE GESTORA	31/12/2021	AV (%)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	239.184.304,42	99,80%
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	466.262,35	0,19%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	6.188,93	0,00%
Total	239.656.755,70	100,00%

Fonte: SIAFI.

A unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável por 99,80% do total contratado, o que se justifica pelo maior volume de execução orçamentária na unidade gestora da UFC bem como pela migração dos contratos no âmbito das unidades gestoras do Complexo Hospitalar (HU e MEAC) para a EBSEH. Na Tabela 22 são relacionados os 08 contratos mais relevantes na perspectiva financeira e o saldo a executar, na data base de 31/12/2021.

Tabela 22 - Obrigações Contratuais - por Contrato

Descrição do Contratado	31/12/2021	AV (%)
Contratado(a) A: CONTRATO 043/17 - ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	26.366.656,81	11,00%
Contratado(a) B: CONTRATO 020/19 - SERVIARM SERVIÇO DE VIGILAN	21.541.347,44	8,99%
Contratado(a) C: CONTRATO 017/14 - CAGECE	18.445.219,55	7,70%
Contratado(a) D: CONTRATO 017/19 - TIM S/A	18.001.013,76	7,51%
Contratado(a) E: CONTRATO 019/17 - COELCE HORASAZONAL	9.666.089,90	4,03%
Contratado(a) F: CONTRATO 68/2018 – SULCLEAN	9.183.822,34	3,83%
Contratado(a) G: CONTRATO 56/2021 - POTENCIAL ENGENHARIA E INS	8.366.187,33	3,49%
Contratado(a) H: CONTRATO 55/2020 - FUNDACAO DE APOIO A CULTUR	7.436.739,74	3,10%
Demais Contratos do Órgão	120.649.678,83	61,55%
TOTAL	239.656.755,70	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os contratos celebrados com os contratados A, B, C e D representam aproximadamente 35% do total de obrigações contratuais do órgão. As obrigações contratuais referentes aos quatro contratos mais relevantes em termos financeiros são detalhadas a seguir:

Contratada A: Contrato nº 43/2017 - ISM GOMES DE MATTOS EIRELI foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto o fornecimento de refeições prontas para os restaurantes universitários dos campi de Fortaleza, Sobral e Quixadá. O contrato foi assinado em 14/10/2021 e a sua vigência é de 12/11/2021 a 12/05/2022. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/12523>.

Contratada B: Contrato nº 20/2019 – SERVIARM SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA LTDA foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto a prestação de serviços continuados de vigilância armada e desarmada. O contrato foi assinado em 23/09/2021 e a sua vigência é de 02/10/2021 a 02/10/2022. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/39450>.

Contratada C: Contrato nº 17/2014 – CAGECE foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto o fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto. O contrato foi assinado em 02/03/2016 e tem vigência por prazo indeterminado. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/8009>.

Contratado D: O saldo apresentado na Tabela 22, referente ao Contrato nº 017/19 - TIM S/A, decorre de um registro indevido. O valor será regularizado.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

3.4 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3.4.1 Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário apurado no exercício de 2021 apresentou déficit de aproximadamente R\$ 1,694 bilhão. Isso decorre da metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário do período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas no período. A receita arrecadada no período totalizou aproximadamente 6,227 milhões. As despesas do órgão são custeadas em sua quase totalidade com recursos do Tesouro Nacional. O ingresso desses recursos é mais bem evidenciado no item Transferências Financeiras Recebidas da Demonstração de Fluxo de Caixa e no item Outros Ingressos das Operações do Balanço Financeiro.

A Tabela 23 apresenta os valores das receitas e despesas previstas e executadas por categoria econômica.

Tabela 23 - Previsão e Execução de Receitas e Despesas

Balanço Orçamentário	Previsão/Fixação(R\$)	Realização/Execução (R\$)	Real/Exec	AV
Receitas Correntes	5.391.501,00	5.500.675,29	102,02%	88,33%
Receitas de Capital	638.184.081,00	726.485,70	0,11%	11,67%
Total das Receitas	643.575.582,00	6.227.160,99	0,97%	100,00%
Despesas Correntes	1.679.104.076,00	1.695.562.499,95	100,98%	99,71%
Despesas de Capital	2.032.332,00	4.986.412,67	245,35%	0,29%
Total das Despesas	1.681.136.408,00	1.700.548.912,62	101,15%	100,00%
Superávit/(Déficit)		-1.694.321.751,63		

Fonte: SIAFI.

3.4.2 Execução das Receitas

Quando se compara a receita prevista com a arrecada, o tipo de receita que apresentou melhor desempenho de arrecadação no exercício de 2021 foi a receita de Alienação de Bens Móveis. Para este tipo de receita, em 2021 foi arrecadado 302% do valor previsto para o exercício. A arrecadação de receitas bastante superior ao valor previsto ocorreu porque os leilões realizados contemplaram uma quantidade acima do previsto de bens inservíveis. Ademais, em termos gerais, os valores dos lances superaram as expectativas iniciais, utilizadas na previsão da receita.

Outro tipo de receita que, apresentou, em termos percentuais, um bom desempenho de arrecadação em relação à previsão inicial, foi de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, em razão das receitas de Outros Ressarcimentos.

No que se refere à frustração de receita, destaca-se o item Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais. Foi previsto inicialmente uma arrecadação de aproximadamente R\$ 257 mil reais nesta natureza de receita, porém, o valor arrecadado foi de aproximadamente R\$ 30 mil reais, ou seja, arrecadou-se aproximadamente 12% do valor previsto para o ano. O valor previsto para este tipo de receita está ajustado ao histórico de arrecadação nesta natureza, no entanto, em 2021 o valor arrecadado foi bem abaixo da média.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

3.4.2.1 Receitas Correntes

O total de receitas arrecadadas durante o exercício de 2021 foi de R\$ 5.500.675,29. As receitas correntes representam 88,33% das receitas arrecadadas no período.

Dentre as receitas correntes, o valor mais relevante é referente às receitas de Outros Ressarcimentos. Conforme pode ser observado na Tabela 24, as receitas deste tipo correspondem a aproximadamente 34% das receitas correntes arrecadadas em 2021 e são decorrentes do pagamento pelas fundações de apoio ligadas às UFC de ressarcimento pela utilização de bens e serviços da UFC. O ressarcimento em questão é disciplinado no Capítulo VI da Resolução nº 59/CONSUNI, de 24 de setembro de 2018 (disponível em [http://www.ufc.br/images/ files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2018/resolucao59_consuni_2018.pdf](http://www.ufc.br/images/files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2018/resolucao59_consuni_2018.pdf)).

A Tabela 24 apresenta o detalhamento das receitas arrecadadas em 2021 por tipo de arrecadação. Essa classificação é proveniente do código de recolhimento utilizado nas Guias de Recolhimento da União (GRU).

Tabela 24 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição

Tipo de arrecadação	Valor arrecadado em 2021 (R\$)	AV
1 Outros Ressarcimentos	2.141.285,96	34,39%
2 Intra-Serviços de Estudos e Pesquisas	1.243.068,45	19,96%
3 Aluguéis	1.229.367,88	19,74%
4 Alienação de veículos	474.935,70	7,63%
4 Taxa de inscrição em concurso publico	309.983,00	4,98%
5 Serviços educacionais	304.580,00	4,89%
6 Serviços Administrativos	232.982,85	3,74%
7 Alienação outros bens móveis	146.400,00	2,35%
8 Demais receitas	144.557,15	2,32%
Total	6.227.160,99	100,00%

Fonte: SIAFI.

3.4.2.1 Receitas de Capital

Durante o exercício de 2021 foram arrecadados R\$ 726.485,70 referente a receitas de capital, provenientes da alienação de bens móveis inservíveis por meio de leilão. A arrecadação de receitas de capital em 2021, corresponde a apenas 0,11% do valor total previsto para o exercício. O baixo percentual de arrecadação deve-se à inclusão (pela Secretaria do Tesouro Nacional) na previsão de receitas da UFC, de receitas com operações de crédito (Títulos da Dívida Pública). Porém, apesar de praticamente todas as despesas do órgão ser custeada com fonte de recursos do tesouro nacional, o registro de arrecadação da receita proveniente de operações de crédito não é realizado em nível de órgão.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Desconsiderando-se as receitas de operações de crédito, o valor arrecadado em 2021 corresponde a 302% do valor previsto, ou seja, em 2021 foi arrecadado aproximadamente três vezes o valor previsto para receita de alienação o de bens móveis, por meio de leilão.

3.4.3 Execução das Despesas

3.4.3.1 Despesas Correntes

O total das despesas empenhadas em 2021 foi de R\$ 1.700.548.912,62. As despesas correntes foram empenhadas no montante de R\$ 1.695.562.499,95 e representam 99,71% do total das despesas. A Tabela 25 relaciona em ordem decrescente o valor das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2021 por grupo de despesas e por natureza de despesa.

Tabela 25 - Despesas Correntes – Composição

Seq.	Grupo de Despesas	Natureza de Despesa	Valor Empenhado em 2021 (R\$)	AV
1	Pessoal e encargos sociais	Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	732.848.991,17	43,22%
2	Pessoal e encargos sociais	Aposent. RPPS, Reserv. Remuner. e Refor. Militar	437.532.564,56	25,80%
3	Pessoal e encargos sociais	Obrigações patronais - Op. Intra - Orçamentarias	163.188.223,51	9,62%
4	Pessoal e encargos sociais	Pensões	119.343.920,79	7,04%
5	Outras despesas correntes	Locação de mão-de-obra	55.625.406,89	3,28%
6	Outras despesas correntes	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	40.276.222,10	2,38%
7	Outras despesas correntes	Auxílio financeiro a estudantes	33.653.779,81	1,98%
8	Outras despesas correntes	Auxílio-alimentação	28.841.208,62	1,70%
9	Outras despesas correntes	Outros auxílios financeiros à pessoa física	19.425.296,44	1,15%
10	Pessoal e encargos sociais	Sentenças judiciais	13.097.769,42	0,77%
Outras despesas			51.729.116,64	3,05%
Total			1.695.562.499,95	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os quatro principais tipos de despesas correntes são referentes a despesas com pessoal e encargos sociais e juntas correspondem a aproximadamente 86% do total das despesas correntes empenhadas em 2021.

Uma particularidade do Balanço Orçamentário é que ele traz na coluna de despesas empenhadas todo o valor executado no órgão, seja relativo à dotação da sua própria Lei Orçamentária ou proveniente da Lei Orçamentária de outros órgãos, que são dotações recebidas em função da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) e instrumentos afins.

A Tabela 26 demonstra os valores das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2021 por origem do orçamento:

Tabela 26 – Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento

Origem do Orçamento	Valor Empenhado em 2021	AV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.656.427.870,93	97,69%
MINISTERIO DA EDUCACAO	30.550.835,29	1,80%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	2.904.466,30	0,17%
MINISTERIO DA SAUDE	1.101.600,00	0,06%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BASICO	1.089.450,00	0,06%
DEPTO. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	1.073.649,48	0,06%
MINISTERIO DA CIDADANIA	1.029.859,29	0,06%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	819.385,00	0,05%
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	383.980,00	0,02%
MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS	159.632,00	0,01%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	19.500,00	0,00%
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	1.529,00	0,00%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	742,66	0,00%
Total	1.695.562.499,95	100,00%

Fonte: SIAFI.

Por outro lado, podem existir valores que compõem a coluna da dotação atualizada, ou seja, são pertencentes ao orçamento do órgão, mas quando empenhados não são somados às despesas empenhadas por serem executadas por outros órgãos. A Tabela 27 demonstra esses valores, segregando-os por órgãos executores.

Tabela 27 - Valores empenhados - por outros órgãos

Órgão Executor	Grupo de Despesas	Valor empenhado em 2021(R\$)
Justiça Federal	Pessoal e Encargos Sociais	7.962.546,84
	Outras Despesas Correntes	414.562,26
Justiça do Trabalho	Pessoal e Encargos Sociais	142.147,00
Fundação Universidade Federal do Sergipe	Outras Despesas Correntes	3.673,32
Fund. Jorge D. Figueiredo de Seg. e Med do trab.	Outras Despesas Correntes	2.873,30
Total		8.525.802,72

Fonte: SIAFI.

O valor de R\$ 8.377.109,10 executado pela Justiça Federal e o valor de R\$ 142.147,00, executado pela Justiça do Trabalho foram previstos no orçamento da UFC para pagamento de sentenças judiciais. Estas dotações são descentralizadas para órgãos da justiça, onde são executadas.

Os valores de R\$ 3.673,32 e 2.873,30 são referentes ao pagamento de Gratificação de Encargo de Curso e Concurso (GECC), devida aos servidores da Fundação Universidade Federal do Sergipe e da Fund. Jorge D. Figueiredo de Seg. e Med do Trab., que prestaram serviço à UFC.

3.4.3.2 Despesas de Capital

O Percentual executado das despesas de capital no exercício de 2021 em relação à dotação orçamentária, foi de aproximadamente 245%. O percentual superior à 100% ocorreu devido à execução de dotação orçamentária de outros órgãos. A Tabela 28 detalha os valores empenhados referente às despesas de capital por origem do orçamento e natureza de despesa. O valor de R\$ 2.955.364,40, que representa aproximadamente 59% do total empenhado em 2021, teve o Ministério da Educação como origem do orçamento.

Tabela 28 - Execução de despesas de capital

Origem do Orçamento	Natureza de despesa	Valor empenhado em 2021 (R\$)	AV
MINISTERIO DA EDUCACAO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.001.364,40	40,14%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	954.000,00	19,13%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.292.107,40	25,91%
	OBRAS E INSTALACOES	738.940,87	14,82%
TOTAL		4.986.412,67	100,00%

Fonte: SIAFI.

3.4.4 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

De acordo com o art. 36 da Lei nº 4320/64 “consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas”. Os restos a pagar não processados (RPNP) são aqueles que ainda não passaram pela etapa de liquidação. Já os restos a pagar processados (RPP) se referem às despesas que já foram liquidadas.

A UFC, autarquia federal vinculada ao MEC, possui em sua execução orçamentária de restos a pagar, dotações orçamentárias próprias e dotações de outros órgãos. Essas últimas dotações são provenientes de Termos de Execução Descentralizada (TEDS) e instrumentos afins. A Tabela 29 apresenta o detalhamento dos restos a pagar inscritos, que é o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2021, referente a empenhos de 2020 e de exercícios anteriores, e os valores ainda não liquidados, ou seja, o estoque de restos a pagar em 31/12/2021.

Tabela 29 - Restos a Pagar Não Processados: origem do orçamento executado

Órgão superior da UO	Unidade Orçamentária (UO)	Total Inscrito em 2020 e exercícios anteriores (R\$)	Soma de Restos a Pagar não Processados a Pagar em 31/12/2021	AV
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACOES	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACOES	45.342,90	0,00	0,00%
MINISTERIO DA ECONOMIA	MINISTERIO DA ECONOMIA	233.280,00	91.680,00	0,30%
	MINISTERIO DA EDUCACAO	4.336.312,18	2.103.828,07	6,99%
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	45.043.125,04	10.072.103,09	33,47%
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1.379.454,66	488.510,29	1,62%
	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	11.896.120,23	7.663.687,90	25,47%
	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	429.838,56	0,00	0,00%
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	8.475.283,58	5.724.489,38	19,02%
	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	2.051.200,97	0,00	0,00%
MINISTERIO DA SAUDE	MINISTERIO DA SAUDE	10.335.546,79	3.922.733,10	13,04%
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA	DEPTO. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	2.215.149,48	0,00	0,00%
	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	125.840,00	0,00	0,00%
	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BASICO	1.464.737,84	1.040,00	0,00%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	199.408,00	10.127,48	0,03%
	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	480.600,00	0,00	0,00%
MINISTERIO DA CIDADANIA	MINISTERIO DA CIDADANIA	66.028,00	14.000,00	0,05%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

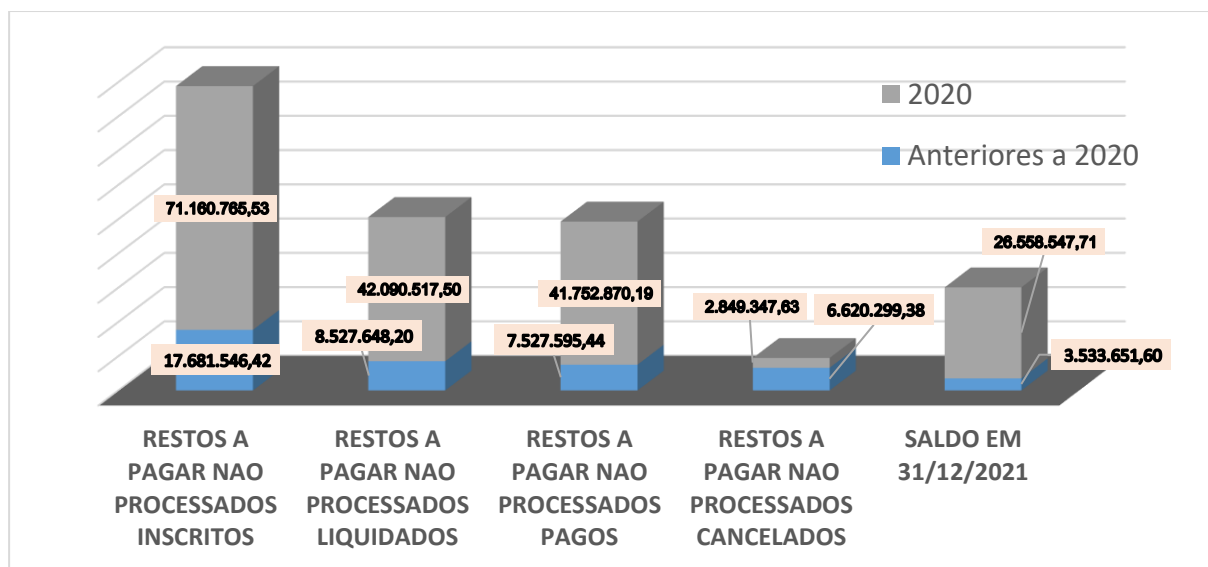
MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS	SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS P/MULHERES	65.043,72	0,00	0,00%
TOTAL		88.842.311,95	30.092.199,31	100,00%

Fonte: SIAFI.

Quanto ao estoque de Restos a Pagar ao final do exercício de 2021, apresentado na Tabela 27, 33,47% é oriundo de dotações pertencentes ao orçamento da própria UFC, subordinada ao Ministério da Educação (MEC).

O Gráfico 1 traz um resumo da execução de Restos a Pagar não Processados (RPNP) durante o exercício de 2021, segregando-se os valores empenhados no exercício de 2020 e em exercícios anteriores a 2020.

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da Nota de Empenho



Fonte: SIAFI.

Conforme demonstrado no Gráfico 1, o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2021 era composto em sua maioria por empenhos inscritos em 2020, totalizando aproximadamente 71 milhões, o que é equivalente a 80% do estoque total de RPNP no início do exercício de 2021. Durante o exercício de 2021 foram efetuados pagamentos de RPNP no valor de aproximadamente 49,2 milhões, sendo 41,7 milhões referentes a empenhos de 2020.

Ao final do exercício de 2021 o estoque a pagar de RPNP totalizou aproximadamente 30 milhões, o que demonstra uma redução de 66% em relação ao estoque no início do exercício de 2021.

Como mencionado anteriormente, o estoque de RPNP do órgão é composto por empenhos custeados com recursos do próprio órgão e recursos descentralizados por outros órgãos. A Tabela 30 demonstra a execução de restos a pagar por origem de recurso.

Tabela 30 - Restos a Pagar Não Processados - por origem do orçamento executado

Unidade Orçamentária	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2021	AV
----------------------	-----------	------------	-------	------------	---------------------	----



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Os empenhos inscritos em restos a pagar que já passaram pela fase de liquidação, são chamados Restos a Pagar Processados (RPP). Conforme Tabela 33, os RPP do órgão totalizavam aproximadamente 100 milhões no início do exercício de 2021. Estes valores são, basicamente, referentes a folha de pagamento de pessoal de dezembro/2020, que foi liquidada no final do exercício de 2020 e paga no primeiro dia útil de 2021, extinguindo-se a obrigação. Durante o exercício de 2021, somente 1,12% (1,121 milhões) dos RPP não foram pagos.

Tabela 33 - Execução de Restos a Pagar Processados

UG Executora	Grupo Despesa	Total de RPP no início do exercício de 2021	RPP Cancelados	RPP Pagos	RPP a pagar
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.604.679,33	0,00	1.590.906,19	13.773,14
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.260.701,72	0,00	8.260.701,72	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	227.224,18	0	227.224,18	0
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.083.256,13	0	4.083.256,13	0
	INVESTIMENTOS	902.887,60	0	131.825,03	771.062,57
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.360.692,44	1.947,78	5.028.514,75	330.229,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	79.515.645,22	0	79.509.830,34	5.814,88	
TOTAL		99.955.086,62	1.947,78	98.832.258,34	1.120.880,50

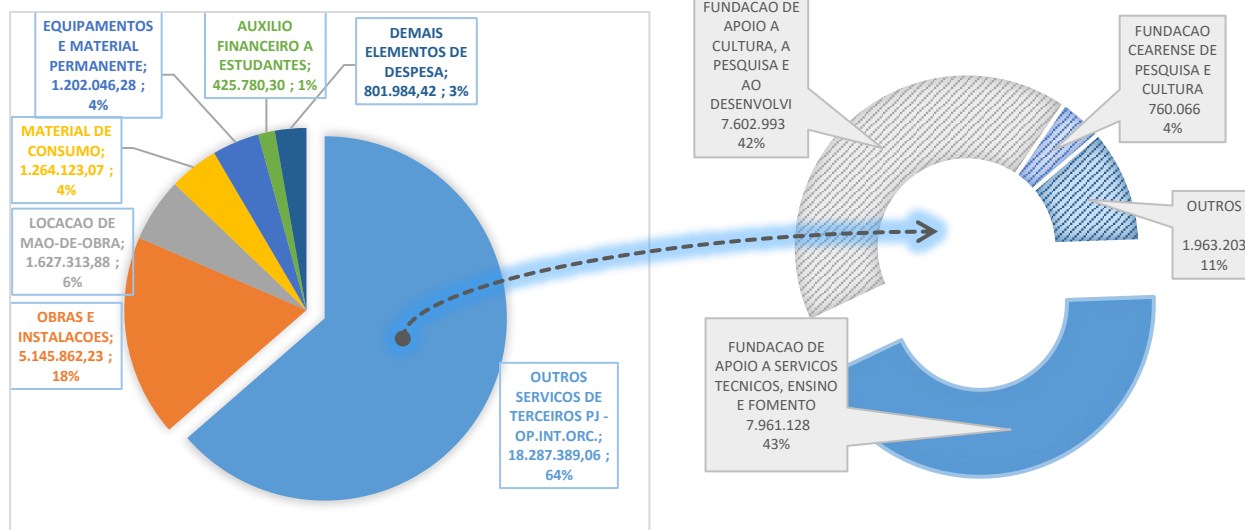
Fonte: SIAFI.

Conforme Gráfico 2, considerando a classificação por elemento de despesa dos empenhos inscritos em RPNP a liquidar ao final do exercício de 2021, o item Outros Serviços de Terceiro – PJ é o com maior percentual (64%). Isto se explica, principalmente, pela manutenção em restos a pagar de empenhos emitidos em favor das fundações de apoio (saldo de R\$ 16,3 milhões). Os contratos celebrados com as fundações de apoio são, normalmente, frutos da execução de recursos descentralizados por outros órgãos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Frequentemente, os órgãos descentralizadores encaminham recursos orçamentários para custear integralmente os projetos, cuja execução se estende por mais de um exercício, logo, os empenhos efetuados são inscritos em Restos a Pagar.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Gráfico 2 - Restos a Pagar não Processados por elemento de despesas



3.5 NOTA EXPLICATIVA SOBRE DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19

Em 2020, o Congresso Nacional reconheceu, por meio do [Decreto Legislativo nº 06 de 2020](#), para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, em razão da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19). Com o advento do referido decreto legislativo, os órgãos ficaram dispensados do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da [Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019](#), e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), comumente conhecida como LRF.

O Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente da pandemia foi reconhecido pela [Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020](#), e denominado “Orçamento de Guerra”. Para o custeio das ações, créditos extraordinários no âmbito do Ministério da Educação foi aprovada a [MPV 941/2020 - Congresso Nacional](#), posteriormente convertida na [Lei nº 14.032 de 04 de agosto de 2020](#).

Por meio da MP nº 941/2020 foi aberto crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, Saúde e Cidadania. Os recursos provenientes da MP nº 941/2020 devem ser integralmente utilizados em despesas relacionadas à emergência resultante da Covid-19, e alocados em programações das respectivas unidades orçamentárias na ação “**21C0 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus**”

O Tribunal de Contas da União (TCU) se manifestou, por meio do [Acórdão nº 3225/2020 - PLENÁRIO](#), acerca dos impactos normativos, orçamentários e fiscais das medidas adotadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19. No mencionado acórdão, o TCU fez recomendação ao Ministério da Economia no sentido de que, por meio dos órgãos centrais de orçamento e contabilidade,



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

orientasse aos setoriais federais e entes subnacionais, acerca da correta aplicação das regras do “Orçamento de Guerra”.

Em relação ao acórdão do TCU mencionado no parágrafo anterior destaca-se o seguinte trecho (item 9.1.3):

As dotações autorizadas com base no Regime Extraordinário Fiscal (EC 106/2020) devem seguir as regras gerais de empenho, liquidação e pagamento previstas na LDO 2020, na LRF, nos arts. 2º e 34 da Lei 4.320/1964 e no art. 27 do Decreto 93.872/1986, sendo possível admitir, no caso de despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes cujo cumprimento do objeto esteja em curso ou apenas possa ocorrer em outro exercício, flexibilização dessas regras em situações excepcionais, formalmente justificadas, nas quais fique caracterizado que a urgência no atendimento às necessidades da sociedade decorrentes da pandemia de Covid-19 seja incompatível com o regime regular de execução, observando-se as seguintes condições:

- *O empenho pode ser feito para a parcela do exercício em curso e para as parcelas que serão executadas até 31 de dezembro de 2021, mediante inscrição em restos a pagar;*
- *Não executado o contrato, convênio, acordo ou ajuste até 31 de dezembro de 2021, os restos a pagar deverão ser cancelados e a continuidade na execução do instrumento dependerá de o órgão incluir em suas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes as dotações necessárias para esse fim e da aprovação dessas propostas pelo Congresso Nacional por meio da respectiva Lei Orçamentária Anual.*

No contexto das orientações emanadas pelo TCU, sobreveio o [Decreto nº 10.579, de 18 de Dezembro de 2020](#), onde foram estabelecidas regras para a inscrição de restos a pagar das despesas de que trata o art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020. Um importante ponto do citado decreto é a necessidade de que os ministérios e demais órgãos, que eventualmente se utilizarem das regras excepcionais estabelecidas para os restos a pagar do “Orçamento de Guerra”, deem publicidade em seus portais da internet das informações sobre os restos a pagar.

Uma vez apresentadas as orientações e regras para os restos a pagar referentes ao “Orçamento de Guerra”, convém informar que, no âmbito da UFC, não foram inscritos restos a pagar referentes às dotações a que se referem o art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, identificadas pela Ação Orçamentária 21C0. **Diante do exposto, durante o exercício de 2021 não houve execução de restos a pagar referentes à referida ação orçamentária.**

3.6 NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2021 na DVP apresentou-se deficitário em R\$ 7.196.292,77. Ao final do exercício de 2020 o resultado patrimonial foi superavitário em R\$ 19.882.206,07. Assim, comparando-se os resultados dos dois períodos, pode-se perceber que houve uma redução do superávit ao final do ano de 2021 de 136,19%, o que tornou o resultado de 2021 deficitário.

A Seguir serão detalhados os itens mais relevantes da DVP:

3.6.1 Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências Intragovernamentais Recebidas são as VPAs mais representativas, sendo responsáveis por aproximadamente 95% do total acumulado de VPAs durante o exercício de 2021. Essas variações são decorrentes, basicamente, do valor das remessas de recursos financeiros oriundos do Ministério da Educação (MEC) para pagamento de despesas do exercício vigente e de exercícios anteriores. Também compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de órgãos pertencentes a estrutura de outros ministérios, para pagamento de compromissos relacionados a TEDs. O reconhecimento dessas VPAs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta limite de saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

3.6.2 Valorização e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

As VPA's desse grupo apresentaram, ao final do exercício de 2021, valores 13,39% superiores ao mesmo período de 2020. A Tabela 34 demonstra a comparação ao final do exercício de 2021 com o mesmo período de 2020.

Tabela 34 - Detalhamento do saldo das contas do Grupo Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH
Ganhos com alienação de bens moveis	0,00	61.716,95	-100,00%
Ganhos com desincorporação de passivos	2.447,78	730.239,20	-99,66%
Ganhos com desincorporação de passivos (intra)	72.141.145,35	80.172.686,38	-10,02%
Ganhos com incorp. de ativos por nascimento	3.500,00	13.000,00	-73,08%
Outros ganhos com incorporação de ativo	19.731.183,85	3.573.009,82	452,23%
Outros ganhos com incorporação de ativo	0,00	629,63	-100,00%
Reavaliação de bens móveis	0,00	17.744,73	-100,00%
Reavaliação de bens imóveis	7.517.223,95	3.088.057,55	143,43%
Total do Grupo	99.395.500,93	87.657.084,26	13,39%

Fonte: SIAFI.

Conforme pode ser observado na Tabela 34, a variação mais relevante no exercício de 2021 em relação ao de 2020, ocorreu na conta Outros Ganhos com Incorporação de Ativo. A variação



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

nesta conta é decorrente, principalmente, do registro de imóveis de uso especial via SPIUNET. O registro das VPA's dessa natureza são feitas em contrapartida da incorporação de bens imóveis no ativo imobilizado.

3.6.3 Pessoal e Encargos

Esse grupo de VPDs representa 46,46% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2021. No âmbito do grupo Pessoal e Encargos, o item mais relevante é o de Remuneração a Pessoal, onde são registrados os valores de despesas com a folha de pagamento de pessoal ativo. Os valores do grupo Pessoal e Encargos apresentaram um acréscimo de 3,79% quando se compara o saldo ao final do exercício de 2021 com o mesmo período de 2020.

3.6.4 Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As Variações Patrimoniais desse grupo representam 28,16% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2021. Neste grupo, os valores mais relevantes são referentes a aposentadorias e reformas, onde são registradas as despesas com a folha de pagamento de pessoal inativo. Os valores desse grupo apresentaram uma redução de 0,43% quando se compara o saldo acumulado no final do exercício de 2021 com o mesmo período de 2020.

3.6.5 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As Variações Patrimoniais deste grupo apresentaram um acréscimo de 35,65% quando se compara o saldo acumulado ao final do exercício de 2021 com o mesmo período de 2020. A variação mais relevante nesse grupo ocorreu na conta de Desincorporação de Ativos que teve um acréscimo de 354,59%, principalmente, em razão da baixa de valores registrados em contas de bens imóveis em andamento. A contrapartida do registro desta VPD é a baixa de valores registrados no grupo de bens imóveis do ativo imobilizado.

3.7 NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes do Balanço Financeiro (BF) do exercício de 2021.

3.7.1 INGRESSOS: Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias arrecadadas durante o exercício de 2021 totalizaram R\$ 6.227.160,99, que correspondem à 0,28% do total dos ingressos no Órgão nesse período. A pequena participação das Receitas Orçamentárias (receitas próprias) evidencia que a UFC é mantida basicamente por transferências financeiras recebidas através de repasses do Órgão superior MEC.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os ingressos desse grupo correspondem aos ingressos de receitas derivadas e originárias, do fluxo de caixa das operações somados aos



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

ingressos de alienação de bens no fluxo de caixa das atividades de investimento. Por sua vez, no Balanço Orçamentário, os valores arrecadados no exercício são apresentados no quadro das receitas.

3.7.2 INGRESSOS: Transferências Financeiras Recebidas

O montante das transferências recebidas pelo Órgão durante o exercício de 2021 foi de R\$ 1.946.878.281,83, que representa o repasse recebido do Ministério da Educação e de órgãos vinculados a outros ministérios.

A Tabela 35 detalha os repasses financeiros recebidos por ministério de origem dos recursos. Nota-se que a quase totalidade dos recursos financeiros recebidos por repasses pela UFC em 2021 são oriundos do MEC. Esses recursos são utilizados no pagamento das despesas custeadas com fonte de recursos arrecadados pelo tesouro nacional. Os recursos financeiros recebidos de outros ministérios são referentes aos repasses vinculados à TEDs.

Tabela 35 - Repasses recebidos em 2021

Ministério de origem dos recursos	Valor recebido em 2021	AV
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.652.723.211,32	99,69%
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA	2.447.663,96	0,15%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.285.971,37	0,08%
MINISTERIO DA CIDADANIA	1.257.839,29	0,08%
MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS	159.632,00	0,01%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	6.000,00	0,00%
Total dos repasses recebidos	1.657.880.317,94	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os sub-repasses recebidos pelas unidades gestoras do Hospital Universitário e Maternidade Escola, concedidos pela unidade gestora da UFC totalizaram R\$ 233.359.087,32.

Também se inclui nas transferências financeiras recebidas, aquelas para pagamento de restos a pagar, no valor de R\$ 53.086.819,33 e movimentações de saldos patrimoniais provenientes de outras unidades gestoras pertencentes ao governo federal, no valor de R\$ 2.536.221,82.

Esse grupo corresponde, na Demonstração de Fluxo de Caixa, às transferências financeiras recebidas que fazem parte dos ingressos do fluxo de caixa das atividades das operações.

3.7.3 INGRESSOS: Recebimentos Extraorçamentários

Os ingressos extraorçamentários, no total de R\$ 132.603.864,70, correspondem à 6,03% do total dos ingressos do órgão, sendo o maior montante (100.744.936,93) referente aos valores do item Inscrição dos Restos a Pagar Processados, que são despesas que cumpriram em 2021 as duas primeiras fases de execução da despesa (empenho e liquidação), mas o pagamento ocorreu/ocorrerá no exercício seguinte. A parte mais representativa desses valores inscritos em restos a pagar processados, refere-se à folha de pagamento de pessoal do mês de dezembro, que foi paga no primeiro dia útil de janeiro/2022.

Outro valor relevante desse grupo de recebimentos refere-se à inscrição de restos a pagar não processados (cumpriram apenas a primeira fase da execução da despesa pública). No momento



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

do encerramento do exercício de 2021, foram inscritos em restos a pagar não processados empenhos no valor total de R\$ 28.651.088,22.

O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária ", pois "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhada" nos termos do art. 35, II, Lei nº 4.320/64.

3.7.4 DISPÊNDIOS: Despesas Orçamentárias

Os dispêndios referentes às despesas orçamentárias, no valor de R\$ 1.700.548.912,62, correspondem a 77,37% do total dos dispêndios do órgão, sendo 48,24% referente a despesas ordinárias e 29,13% referente às despesas vinculadas.

A classificação das despesas orçamentárias em ordinárias e vinculadas é feita de acordo com a fonte de recursos utilizada no empenho. A Tabela 36 apresenta os valores das despesas orçamentárias em 2021 por tipo de despesas (vinculada ou ordinária) e por fonte de recursos.

O Manual Técnico do Orçamento (MTO 2020), disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2021:cap3>, conceitua receitas ordinárias e vinculadas da seguinte forma:

Destinação vinculada: processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Há, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica - e à realização dessa finalidade deverão ser direcionados.

Destinação não vinculada (ou livre): é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.

Tabela 36 - Despesas orçamentárias por fonte de recursos

Tipo de despesas	Fonte de Recursos	Dispêndios durante o exercício de 2021	AV %
ORDINÁRIAS	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	895.720.222,70	52,67%
	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	164.526.440,46	9,67%
	SUBTOTAL	1.060.246.663,16	62,35%
VINCULADAS	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	386.217.576,60	22,71%
	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	129.614.994,60	7,62%
	CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	89.334.463,78	5,25%
	COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR., GAS NAT.E OUTROS	18.089.355,59	1,06%
	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	8.667.490,95	0,51%
	REC.DEST. ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	1.977.892,00	0,12%
	REC.VINC. A APLIC.EM POLÍTICAS PUB.ESPECIFICAS	1.950.299,81	0,11%
	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST. EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.778.115,42	0,10%
	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	1.089.450,00	0,06%
	REC.PROP. DECOR.ALIEN. BENS E DIR.DO PATR.PUB.	588.954,05	0,03%
	TX.MUL.PODER POLÍCIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	383.980,00	0,02%
	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	276.873,00	0,02%
	REC.VINC. A APLIC.EM OUTRAS POLÍTICAS PUBLICAS	179.236,37	0,01%
	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	153.567,29	0,01%
	SUBTOTAL	640.302.249,46	37,65%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

Total	1.700.548.912,62	100,00%
--------------	-------------------------	----------------

Fonte: SIAFI.

3.7.5 DISPÊNDIOS: Transferências Financeiras Concedidas

O montante das transferências concedidas pelo órgão no exercício de 2021 foi de R\$ 240.387.988,45, que corresponde a 10,94% do total dos dispêndios. Os valores registrados nesse grupo referem-se à: repasses concedidos à FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat e à Fundação Universidade Federal do Sergipe para pagamento de servidores das mencionadas instituições que prestaram serviços à UFC, no valor total de R\$ 6.546,62; contrapartida de sub-repasse concedido pela UFC ao Hospital Universitário e à Maternidade Escola no montante de R\$ 233.359.087,32; transferências concedidas para pagamento de restos a pagar, no total de R\$ 5.204.952,86 e movimento de saldos patrimoniais no valor de R\$ 1.701.254,94. Este último item refere-se, sobretudo, à movimentação de devolução de créditos de folha de pagamento e devolução de auxílio financeiro ao estudante.

O item Demais Transferências Concedidas, no valor de R\$ 116.146,71, é referente à devolução de recursos financeiros não utilizados, oriundos da celebração de TEDs com outros órgãos do governo federal.

3.7.6 DISPÊNDIOS: Pagamentos Extraorçamentárias

Os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 149.656.623,73 correspondem à 6,81% do total dos dispêndios do órgão, sendo a maior parte referente ao pagamento de restos a pagar processados, que totalizou no exercício de 2021 R\$ 98.832.258,34. Este montante é decorrente, principalmente, do pagamento da folha de pessoal de dezembro/2020, inscrita como restos a pagar processados (liquidada em dezembro/2020), que ocorreu no primeiro dia útil de 2021.

Comparando-se os dispêndios extraorçamentários realizados em 2021 com os realizados em 2020, observa-se um acréscimo de 3,21% que resulta, principalmente, de um pagamento maior em 2021, de valores inscritos em restos a pagar não processados.

3.8 NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do exercício de 2021.

3.8.1 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Ingressos – Outras Receitas Derivadas e Originárias

Os ingressos desse grupo são referentes à arrecadação de receitas próprias provenientes de: Multas Contratuais, Indenizações; Restituições e Ressarcimentos e representam o grupo de receitas próprias com arrecadação mais representativa em 2021, conforme detalhado na [Nota](#)



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

[Explicativa do Balanço Orçamentário](#), que apresenta mais detalhes acerca do desempenho da arrecadação de receitas.

3.8.2 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Transferências Financeiras Recebidas

As transferências financeiras representam quase a totalidade (99,55%) dos ingressos de recursos financeiros no exercício de 2021. A seguir são detalhados os componentes mais relevantes do grupo Transferências Financeiras Recebidas.

O montante R\$ 1.657.880.317,94 refere-se aos repasses recebidos, que são recursos recebidos por meio de transferências financeiras de outros órgãos do governo federal, especialmente do MEC, correspondentes ao orçamento atual.

Compõe também esse grupo de ingresso, o valor de R\$ 53.086.819,33 recebido para pagamento de restos a pagar.

Embora seja referente a movimentações financeiras entre unidades gestoras do órgão, o valor de R\$ 233.359.087,32 de recursos financeiros transferidos da unidade gestora da UFC para o Hospital Universitário e para a Maternidade Escola, também compõe o total das transferências financeiras recebidas, conforme citado no item de Ingressos: Transferências Financeiras Recebidas da Nota Explicativa do Balanço Financeiro.

3.8.3 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Previdência Social

Outra função de governo com dispêndios relevantes é a função Previdência Social. Essa função de governo apresentou dispêndios no exercício de 2021 no valor de R\$ 567.631.222,48, que representa 29,23% do total dos dispêndios. Os dispêndios dessa natureza são relacionados aos pagamentos de aposentadorias, pensões e sentenças judiciais.

3.8.4 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Educação

Os dispêndios mais relevantes são relacionados à função de governo Educação, que corresponde à 48,99% do total dos dispêndios realizados ao longo do exercício de 2021. Isso se explica por se tratar de uma instituição de ensino.

Nessa função de governo, os dispêndios do grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais totalizam R\$ 752.138.742,54. Já as despesas do grupo Outras Despesas Correntes totalizam R\$ 199.363.038,85, sendo R\$ 171.903.849,97 referente à execução do orçamento de 2021 e R\$ 27.459.188,88 referente ao pagamento de restos a pagar. Convém ressaltar que os dispêndios cuja classificação orçamentária da despesa traz a modalidade de aplicação Aplicações Diretas - Operações Internas, que são pagamentos intraorçamentários, são contabilizados como transferências intragovernamentais concedidas, por se tratar de operações entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2021

3.8.5 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Desembolsos – Transferências Concedidas – Intragovernamentais

São registrados nesse grupo os desembolsos feitos para outros órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Dentro desse grupo, o item mais relevante, no valor total de R\$ 163.188.223,51, é o pagamento da obrigação patronal do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais (PSS – Patronal).

3.8.6 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Este grupo representa o total dos dispêndios relacionados as atividades de investimento feitos durante o ano de 2021. Neste grupo, os itens mais relevantes são os pagamentos referentes a aquisição de equipamentos e material permanente e obras e instalações, correspondem a 59,44% e a 39,14%, respectivamente, do total de desembolsos para aquisição de ativos não circulantes.

Durante o ano de 2021 foram desembolsados R\$ 244.030,12 referente a empenhos de 2021 e R\$ 18.722.899,57 referente ao pagamento de restos a pagar. Portanto, aproximadamente 99% dos valores desembolsados para na aquisição de ativos não circulantes são referentes a empenhos de exercícios anteriores, inscritos em restos a pagar.